



## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO - EXERCÍCIO DE 2016

Tenho a satisfação de apresentar a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta da Prefeitura, relativo ao **exercício de 2016**, acompanhado da presente exposição que visa demonstrar a situação econômico-financeira do Município, nos termos do art. 2º, inciso III, letra “a”, da Resolução nº 1.052/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### I. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 1.1 ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 2016, de nº 3.091, de 29 de dezembro de 2015, estimou a receita em R\$ 32.840.245,00 (trinta e dois milhões oitocentos e quarenta mil duzentos e quarenta e cinco reais), e fixou a despesa em R\$ 32.840.245,00 (trinta e dois milhões oitocentos e quarenta mil duzentos e quarenta e cinco reais), sendo que o Orçamento destinado a Câmara de Vereadores no exercício foi de R\$ 819.000,00 (oitocentos e dezenove mil reais) e o orçamento do Fundo Municipal de Previdência dos servidores foi fixado em R\$ 3.727.250,00 (três milhões setecentos e vinte e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Entretanto, a abertura de créditos adicionais do Poder Executivo incluindo Fundo de Previdência no correr do exercício, como também a transferência de créditos especiais, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA (exceto Câmara de Vereadores).....	R\$ 32.021.245,00
CRÉDITOS ADIC. SUPLEMENTARES .....	R\$ 5.723.991,67
(-) REDUÇÕES .....	R\$ 5.686.781,95
CRÉDITOS ADIC. ESPECIAIS.....	R\$ 3.438.676,62
DESPESA AUTORIZADA .....	R\$ 35.497.131,34

#### 1.2 CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado, foram autorizados créditos adicionais que somaram R\$ 9.162.668,29, sendo suplementares no montante de R\$ 5.723.991,67 e especiais que totalizaram R\$ 3.438.676,62, e utilizados os recursos abaixo discriminados, de acordo com o art. 43, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Reduções de Dotações	R\$ 5.686.781,95
Auxílios e convênios	R\$ 3.475.886,34



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

### 1.3 ANÁLISE DA RECEITA – CONSOLIDADA (PREFEITURA E R.P.P.S.)

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 32.599.303,25, verificando-se uma arrecadação **a menor** de R\$ 240.941,75 (0,7336%).

O comportamento da receita no exercício considerado traduz-se no quadro a seguir:

TÍTULOS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>29.764.535,87</b>	<b>31.370.792,78</b>	<b>1.606.256,91</b>
Receita Tributária	2.191.982,75	2.942.154,05	750.171,30
Receita de Contribuições	1.002.922,20	1.113.497,72	110.575,52
Receita Patrimonial	1.225.668,85	1.880.867,34	655.198,49
Receita de Serviços	14.825,64	5.205,00	- 9.620,64
Transferências Correntes	25.012.482,43	25.152.665,11	140.182,68
Outras Receitas Correntes	316.654,00	276.403,56	- 40.250,44
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.845.611,00</b>	<b>2.473.763,42</b>	<b>- 2.371.847,58</b>
Operações de Crédito	1.500.000,00	480.454,53	-1.019.545,47
Alienação de Bens	3.000,00	0,00	- 3.000,00
Transferências de Capital	3.316.011,00	1.956.931,32	- 1.359.079,68
Outras Transferências de Capital	26.600,00	36.377,57	9.777,57
<b>DEDUÇÕES P/FORMAÇÃO FUNDEB</b>	<b>3.618.901,87</b>	<b>3.723.925,39</b>	<b>(105.023,52)</b>
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.849.000,00</b>	<b>2.478.672,44</b>	<b>1.448.672,44</b>
<b>TOTAL</b>	<b>32.840.245,00</b>	<b>32.599.303,25</b>	<b>- 240.941,75</b>

As transferências da União e do Estado, no montante de R\$ 24.826.916,69, corresponderam a 76,16% (em 2015 = 80,77% e em 2014 = 79,45%) do total arrecadado. O ICMS (R\$ 7.136.042,72 = +10,22 % em relação a 2014) representou **21,89%** (em 2015 = 23,17% e em 2014 = 22,71%) do total arrecadado, enquanto que o FPM (R\$ 10.398.116,41 = + 16,27% em relação a 2014 considerando os repasses extras de julho e dezembro) representou **31,90%** do total arrecadado (em 2015 = 32,01% e em 2014 = 30,84%).

A receita realizada no exercício de 2015 totalizou em R\$ 27.939.351,09.

Considerando que no exercício de 2016 o valor total arrecadado foi de R\$ 32.599.303,25 constata-se que houve, assim, um **acréscimo** da arrecadação na ordem de **16,68%** em relação ao exercício 2015 (2,31% de 2015 em relação a 2014).

Cumprе destacar aqui os valores das perdas ocasionadas pela redução de transferências constitucionais, especificamente no caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), causadas principalmente pela desaceleração da atividade econômica do País em 2016. Segundo estudos divulgados pela Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS indicam que o Município de Jaguari teve perdas de aproximadamente 6,20% em seus repasses.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

#### 1.4 ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada, de R\$ 32.021.245,00 foi alterada conforme os créditos adicionais citados no item 1.2, para R\$ 35.497.131,34.

A despesa realizada (empenhada) alcançou o montante total de R\$ 31.890.454,18 (Poder Executivo incluindo RPPS), importância que se distribuiu da seguinte forma:

TÍTULOS	FIXADA COM ALTERAÇÕES	EMPENHADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	26.560.148,78	24.665.621,95	(1.894.526,83)
DESPESAS DE CAPITAL	7.816.888,65	7.224.832,23	(592.056,42)
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.120.093,91	0,00	(1.120.093,91)
<b>TOTAL</b>	<b>35.497.131,34</b>	<b>31.890.454,18</b>	<b>3.606.677,16</b>

**1.4.1 - EDUCAÇÃO** - A despesa com **EDUCAÇÃO**, para fins de limite constitucional, totalizou R\$ 5.845.800,33 (total geral em educação R\$ 6.429.536,09) que representa 27,68% (em 2015 = 32,09% e em 2014=35,78%) da Receita Constitucional.

##### a) Gastos Totais com a Educação:

O gasto com a educação, conforme o Parecer Coletivo 001/2003 e a Resolução nº 918/2011, do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo a despesa liquidada na função 12, no exercício de 2016, compreende o constante no balancete da Secretaria Municipal de Educação acrescido da liquidação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

Projeto / Atividade	Valor Liquidado (R\$)
Supervisão Pedagógica e Coordenação Administrativa - M D E	364.979,91
Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - M D E	200.012,23
Ensino Fundamental - Fundeb	2.388.021,70
Educação Especial - Fundeb	106.078,84
Educação Especial - MDE	204.881,24
Aplicação Salário Educação	161.961,96
Transporte Escolar – Ensino Fundamental	676.989,41
Transporte Escolar - Educação Infantil	84.301,17
Educação Infantil – Creche - Fundeb	587.139,52
Educação Infantil – Creche - MDE	329.347,69
Educação Infantil – Pré Escola - Fundeb	710.049,56
Educação Infantil – Pré Escola - MDE	287.648,20



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

Aplicação Salário Educação – Educação Infantil	30.308,31
Programa de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental e AEE	108.443,80
Programa de Alimentação Escolar - Creche	48.784,14
Programa de Alimentação Escolar – Pré Escola	51.399,08
Passê Livre Estudantil	1.739,16
Incentivo ao Ensino de Graduação	87.450,17
Atividades Culturais e Históricas	22.281,04
Liquidações de Empenhos Anteriores - MDE	5.141,90
Liquidações de Empenhos Anteriores - LIVRE	1.630,75
Liquidações de Empenhos Anteriores - VINCULADO	1.005.470,24
<b>T O T A L Liquidado -----□</b>	<b>7.464.060,02</b>

Obs.: a especificação dos Projetos /Atividades está de acordo com o previsto na L.O.A.

**b) Despesas não computáveis para os fins do art. 212 da CF/88:**

Do total liquidado na função 12 – Educação deverão ser excluídas as seguintes despesas uma vez que, nos termos do art. 71 da Lei Federal 9.394/1996, se referem a gastos não relacionados com a manutenção e desenvolvimento do ensino para os fins do art. 212 da Constituição Federal:

Projeto / Atividade	Valor Liquidado (R\$)
Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	4.085,54
Educação Especial – Programa Dinheiro Direto na Escola	621,40
Aplicação Salário Educação	161.961,96
Transporte Escolar – Ensino Fundamental – Convênio União	42.876,19
Educação Infantil – Creche – MDE – Apoio a Creches Brasil Carinhoso	5.218,51
Aplicação Salário Educação – Educação Infantil	30.308,31
Programa de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental e AEE	108.443,80
Programa de Alimentação Escolar - Creche	48.784,14
Programa de Alimentação Escolar – Pré Escola	51.399,08
Passê Livre Estudantil	1.739,16
Incentivo ao Ensino de Graduação	87.450,17
Atividades Culturais e Históricas	22.281,04
Liquidações de Empenhos Anteriores - LIVRE	1.630,75
Liquidações de Empenhos Anteriores - VINCULADO	1.005.470,24
<b>T O T A L Liquidado -----</b>	<b>1.572.270,29</b>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

c) Apuração do índice de aplicação dos recursos:

Código do recurso vinculado	Descrição da Subfunção	Valor Contábil (R\$)
20	Ensino Fundamental	563.920,38
20	Educação Infantil	613.625,50
20	Educação Especial	204.259,84
20	Transporte Rodoviário	671.011,38
31	Ensino Fundamental	2.388.021,70
31	Educação Infantil	1.297.189,08
31	Educação Especial	106.078,84
31	Transporte Rodoviário	47.683,01
<b>Subtotal</b>		<b>5.891.789,73</b>
( - ) Despesas Liquidadas com PLUS do FUNDEB		15.932,99
( - ) Despesas Liquidadas com rendimentos MDE + FUNDEB		30.057,11
<b>Gastos constitucionais com Educação</b>		<b>5.845.800,03</b>

Especificação	Valor
Total das Receitas Vinculadas	21.115.846,70
Valor mínimo a ser aplicado na MDE ( 30% conforme Lei Orgânica)	6.325.380,57
Total das despesas liquidadas (Função 12)	7.464.060,02
(-) Rendimentos de aplicações financeiras (MDE + Fundeb)	30.057,11
(-) Plus do FUNDEB aplicado no exercício	15.932,29
(-) Despesas não computáveis (despesas liquidadas – item D)	1.572.270,29
(=) Valor investido em Educação conforme índice constitucional	5.845.800,33
<b>(=) Valor Total Aplicado</b>	<b>27,68 %</b>

Conclui-se, portanto, que foi aplicado o mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da CF.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICIPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

**d) FUNDEB**

O Município, no exercício de 2016, nos termos do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e da Lei Federal 11.494/07, com base no número considerado pelo MEC dos alunos matriculados no ensino público foi **superavitário** em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

	<b>Descrição</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1.7.2.4.01.00.00	Transferências Recebidas do FUNDEB	3.602.806,71
(-) 9.1.7.2.00.00	Dedução de Receita para o FUNDEB	3.586.874,42
	<b>Superávit</b>	<b>15.932,29</b>

A receita arrecada foi de R\$ 3.602.806,71 (três milhões seiscentos e dois mil oitocentos e seis reais e setenta e um centavos), as deduções das receitas somam R\$ 3.586.874,42 (três milhões quinhentos e oitenta e seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), de onde podemos concluir que o Município foi **superavitário em R\$ 15.932,29**, sendo assim o valor superavitário deve ser deduzido dos gastos com a educação, eis que este “ganho” deve ser aplicado além dos 30% na Manutenção e Desenvolvimento da Educação previstos na Lei Orgânica.

Do total das receitas do FUNDEB a legislação determina que o percentual mínimo de 60% seja destinado ao pagamento dos Profissionais do Magistério. No exercício de 2016 o Município despendeu 99,80% deste total, onde inferimos que o Município atendeu o disposto legal.

**1.4.2 – SAÚDE** - A despesa com **SAÚDE**, também para fins de limite constitucional, totalizou R\$ 5.116.381,42 (total geral em saúde R\$ 6.869.222,26) que representa 24,23% (em 2015 = 28,58% e em 2014=17,35%) da Receita Constitucional.

Importante demonstrar a execução de acordo com o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141/2012, os gastos com ações e serviços públicos na área da saúde, realizados pelo Município em 2016, compreendendo as despesas liquidadas na função 10, acrescido da liquidação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, de acordo com os registros contábeis, pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

**a) Despesas totais liquidadas na Saúde:**

<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Valor Liquidado (R\$)</b>
Manutenção das ações em saúde (restos não processados 2015 liquidados em 2016)	R\$ 264.684,65
Manutenção das ações em saúde ( empenhos liquidados 2016)	R\$ 2.418.221,23
Manutenção das Atividades do Hospital de Caridade de Jaguari	R\$ 2.199.577,37



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

Manutenção Consórcio / CI - Centro	R\$ 17.777,76
EACS – Estratégias Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 294.135,27
Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes	R\$ 1.307,00
CP 2013/2014 Aquisição de Equipamentos Hospital de Jaguari	R\$ 21.850,00
Academia de Saúde - Poliesportivo	R\$ 102.762,06
FMS Aquisição de Equipamentos para UBS	R\$ 93.358,71
Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 147.027,19
PIM – Primeira Infância Melhor	R\$ 195.680,40
Plano de Aplicação Recursos PAB - Fixo	R\$ 368.353,69
Vigilância Sanitária e Epidemiológica	R\$ 78.783,75
SAMU Salvar	R\$ 237.150,50
PIES – Política de Incentivo Estadual a Qualificação At. Básica em Saúde	R\$ 61.524,27
ESF – Estratégias Saúde da Família	R\$ 214.773,25
NAAB – Saúde Mental – Núcleo de Apoio a Atenção Básica	R\$ 110.341,00
Teto Financeiro Sia/Sus – Produtividade Ambulatorial	R\$ 41.914,16
<b>T O T A L Liquidado -----&gt;</b>	<b>R\$ 6.869.222,26</b>

Obs.: a especificação dos Projetos /Atividades está de acordo com o previsto na L.O.A.

**b) Despesas não computáveis:**

Do liquidado na função 10 – Saúde, deverão ser excluídas as seguintes despesas uma vez que se referem a gastos não relacionados com ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe o art. 4º da Lei Complementar nº 141/2012:

<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Valor Liquidado (R\$)</b>
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados (restos não processados 2015 liquidados em 2016)	R\$ 98.874,01
EACS – Estratégias Agentes Comunitários de Saúde - EACS Federal	R\$ 175.565,03
EACS – Estratégias Agentes Comunitários de Saúde - EACS Estadual	R\$ 13.182,00
Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes – Teto Fin. Vig. em saúde	R\$ 1.307,00
CP 2013/2014 Aquisição de Equipamentos Hospital de Jaguari	R\$ 21.850,00
Academia de Saúde - Poliesportivo	R\$ 87.591,06
FMS Aquisição de Equipamentos para UBS	R\$ 93.358,71
Assistência Farmacêutica Básica - Estado	R\$ 50.624,73
Assistência Farmacêutica Básica - Federal	R\$ 46.536,09
PIM – Primeira Infância Melhor	R\$ 112.829,33
Plano de Aplicação Recursos PAB - Fixo	R\$ 337.418,46
Vigilância Sanitária e Epidemiológica	R\$ 69.267,75



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICIPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

SAMU Salvar - Estado	R\$ 63.689,50
SAMU Salvar - Federal	R\$ 173.461,00
PIES – Política de Incentivo Estadual a Qualificação At. Básica em Saúde	R\$ 61.524,27
ESF – Estratégias Saúde da Família - Estado	R\$ 241,99
ESF – Estratégias Saúde da Família - Federal	R\$ 132.377,01
NAAB – Saúde Mental – Núcleo de Apoio a Atenção Básica – Incentivo para Atenção Básica	R\$ 83.811,44
NAAB – Saúde Mental – Núcleo de Apoio a Atenção Básica – Ações Socio Educativa	R\$ 9.149,13
Teto Financeiro Sia/Sus – Produtividade Ambulatorial	R\$ 41.914,16
Programa de Melhoria ao Acesso e da Qualidade	R\$ 58.252,66
<b>T O T A L Liquidado -----&gt;</b>	<b>R\$ 1.732.825,33</b>

**c) Especificação da Aplicação dos Recursos computáveis em Saúde:**

Projeto/Atividade – recurso 40	Valor Liquidado (R\$)
Atenção Básica – Modalidade de Aplicação 71	(-) R\$ 17.777,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 82.851,07
Atenção Básica	R\$ 2.672.829,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 2.356.029,51
Vigilância Epidemiológica	R\$ 9.516,00
Alimentação e Nutrição	R\$ 15.171,00
<b>TOTAL Liquidado</b>	<b>R\$ 5.118.619,17</b>

**e) Apuração do Índice de Aplicação dos Recursos:**

Especificação	Valor
Total das Receitas Vinculadas	R\$ 21.115.846,70
Valor mínimo a ser aplicado em A S P S (mínimo 15% )	R\$ 3.161.439,98
Total das despesas liquidadas na saúde	R\$ 6.869.222,26
(-) Despesas realizadas com recursos de auxílios e convênios	R\$ 1.732.825,33
(=) Total das despesas liquidadas com recursos ASPS	R\$ 5.136.396,93
(-) rendimento de aplicação financeira - ASPS	R\$ 2.237,75
(-) Atenção Básica – Modalidade de Aplicação 71	R\$ 17.777,76
(=) Valor Total Aplicado - ASPS	R\$ 5.116.381,42
<b>Percentual aplicado</b>	<b>24,23%</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

**1.4.3 – DESPESA COM PESSOAL-** A despesa com **PESSOAL** (do Executivo) alcançou o valor de R\$ 11.308.486,81 (8,71% maior em relação a 2015) o que correspondeu a 45,25% (em 2015 = 46,25% e em 2014 = 47,81%) da Receita Corrente Líquida que foi, nos últimos 12 meses, de R\$ 24.990.498,14 (11,92% maior em relação a 2015).

Na apuração das despesas totais com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

Receita Corrente Líquida (R.C.L.)	R\$ 24.990.498,14
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 11.308.486,81 = 45,25% s/RCL
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da L.R.F.	R\$ 12.145.382,10 = 48,60% s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da L.R.F.	R\$ 12.820.125,54 = 51,30% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, “b” da L.R.F.	R\$ 13.494.868,99 = 54,00% s/RCL

**1.4.4 – DESPESA TOTAL** - A despesa total realizada (empenhada) no exercício de **2016** importou em **R\$ 32.670.153,97**, que em comparação ao exercício de **2015**, no valor de **R\$ 31.003.998,72** verifica-se que houve um **acréscimo de 5,37%**, destacando-se as despesas de capital no valor de R\$ 7.225.116,23 (22,11% da despesa total), sendo R\$ 213.613,11 em equipamentos e material permanente, R\$ 5.190.390,48 em obras e instalações, R\$ 100.548,26 em restituições de convênios, R\$ 196.008,95 em aquisições de imóveis, R\$ 1.466.332,15 na amortização de dívidas contratadas. As Despesas Correntes, também chamadas de custeio importaram em R\$ 25.445.037,74 (77,89% da despesa total).

Verifica-se, então, que na execução orçamentária em relação ao exercício anterior (2016 x 2015), a receita teve um **crescimento de 16,68%** e a despesa executada um **crescimento de 5,37%**.

**1.5 CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária, excluindo-se a receita e despesa do FUNPREV (R\$ 4.830.386,14 e R\$ 2.723.525,92, apresentou-se da seguinte forma:

RECEITA ARRECADADA = R\$ 27.768.917,11	
<b>X</b>	
DESPESA REALIZADA (LIQUIDADADA) = R\$ 25.226.748,93	
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>R\$ 2.542.168,18</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

O **SUPERÁVIT** verificado no exercício de 2016 deve-se principalmente as receitas de transferência de contratos/convênios com a União (Infraestrutura Escolar R\$ 1.307.610,51; Aquisição de caminhão, Implantação Sistema de Reciclagem, Pavimentação de Ruas e Construção de Quadras Poliesportiva R\$ 596.970,81) e o Estado (Programa Leita Gaúcho R\$ 52.350,00), redução nas despesas de custeio/correntes e transferência a título de repatriação (FPM) e antecipação do ICMS.

## 2. GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

### 2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentárias, além daquelas que, por sua natureza, independe de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício, excluído o RPPS.

As operações financeiras se processaram conforme o demonstrativo a seguir:

#### **RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR – 2016**

Cód. Recurso	Nome do Recurso	Inscritos em Restos a Pagar com Suficiência Financeira	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre	737.409,54	0,00
20	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	595,91	0,00
31	Transferências do FUNDEB	102.706,22	0,00
40	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	84.310,58	0,00
50	Regime Próprio de Previdência Social -RPPS	220,00	10.830,90
1001	Quota Parte Salário Educação	11.656,14	0,00
1002	Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE	1.614,25	4.042,32
1007	Transporte Escolar – Recurso União	5.732,00	0,00
1030	Programa Dinheiro Direto na Escola	576,40	0,00
1034	Programa de Apoio ao Idoso	2.920,00	0,00
1089	Feas	5.457,14	0,00
1116	Construção de 2 Quadras Poliesportivas CR 772489/2012/Me/Caixa	18.810,40	72.965,54



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI

Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

1122	SCFC - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	1.165,25	2.278,07
1126	Calçamento CR 783468/2013/Mapa/Caixa	32.511,15	0,00
1129	Calçamento CR 797232/2013/Mapa/Caixa	59.885,76	78.954,45
1132	Construção Escola - Termo de Compromisso Par Nº 17662/2013	0,00	1.817.601,88
1136	Contrato de Repasse 784085/2013M. Esportes/Caixa/Estado dos Eucaliptos	49.583,79	106.762,10
1137	Construção de 2 Quadras Poliesportivas / CR 789862/2013/ME/Caixa	77.301,29	107.473,29
1138	Operação de Crédito Internas Programa Pró-Transporte	0,00	1.019.545,48
1140	Reconstrução e Reforma da Ponte de Rodagem Julio de castilhos	0,00	3.224.200,00
4011	Incentivo a Atenção Básica	770,00	0,00
4050	Farmácia Básica - Estado	9.621,39	0,00
4091	Ações Sócio Educativas	245,00	0,00
4245	Regionalização – Aquisição de Equipamentos para Hospital	2.050,00	0,00
4505	Bloco de Investimentos	0,00	191.132,81
4521	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	3.816,50	200,00
4590	Teto Financeiro - SIA SUS - Prod. Ambulatorial.	8.267,27	0,00
4620	Samu/Salvar – Recurso Federal	39.660,00	0,00
4770	Farmácia Básica Fixa	3.965,40	2.588,54
4929	Academias da Saúde/Programa Finan. Ações de Alimentação e Nutrição	14.483,69	0,00
4931	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Bloco Investimento ou Convênio	0,00	3.215,40
4937	Melhorias Sanitárias	55.232,82	108.849,46
SUBTOTAL		1.330.567,89	6.750.640,24
TOTAL			<b>8.081.208,13</b>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

Cód. Recurso	Nome do Recurso	Inscritos em Restos a Pagar com Insuficiência Financeira			
		De Exercícios Anteriores		Do Exercício Atual	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre	0,00	7.072,0	675.287,05	236.334,22
20	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	3.605,91	0,00	167.869,62	900,58
31	Transferências FUNDEB	0,00	0,00	66.651,93	0,00
40	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	0,00	0,00	848.226,71	214.933,27
1007	Transporte Escolar - Recurso União	0,00	0,00	12,85	0,00
1018	Contribuição Custeio Iluminação Pública	0,00	0,00	31.135,17	0,00
1088	FNAS - Proteção Básica	120,00	0,00	0,00	0,00
1089	FEAS	0,00	0,00	331,76	3.000,00
1090	PAIF	0,00	0,00	407,51	180,00
1105	Piso Fixo de Média Complexidade	0,00	0,00	1.894,50	400,00
SUBTOTAL		3.725,91	7.072,00	1.791.817,10	455.748,07
<b>TOTAL</b>			<b>10.797,91</b>		<b>2.247.565,17</b>

**TOTAL DE RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

Exercícios Anteriores

Processados	3.725,91
Não Processados	7.072,00
Subtotal	10.797,91

Exercício Atual

Processados	1.791.817,10
Não Processados	455.748,07
Subtotal	2.247.565,17
Total Exercícios Anteriores + Exercício Atual	2.258.363,08



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

O saldo financeiro de **R\$ 15.292.805,56** (incluído o saldo do RPPS e do Poder Legislativo), confere com o constante no Disponível do Balanço Financeiro, bem como a existência verificada em 31 de dezembro de 2016, conforme Termo de Conferência de Caixa, assim distribuído:

- Em caixa	4.852,03
- Em Recursos Livres	737.409,54
- Em Recursos Vinculados	2.684.689,77
- No Poder Legislativo	12.044,21
- No RPPS (FUNPREV)	11.853.820,01
<b>- TOTAL</b>	<b>R\$ 15.292.805,56</b>

## 2.2 BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO )

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, consideradas a origem e a aplicação dos recursos à disposição da azienda pública.

A situação do Patrimônio Financeiro do Município, segundo este Balanço, é a seguinte:

ATIVO CIRCULANTE	R\$ 23.781.308,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 30.839.730,52
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 54.621.039,39</b>

PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 4.467.160,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 17.223.308,39
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21.690.468,59</b>
PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 32.930.570,80
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 54.621.039,39</b>

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 15.292.805,56	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 10.633.297,35
ATIVO PERMANETE	R\$ 39.328.233,83	PASSIVO PERMANETE	R\$ 18.274.387,71
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 54.621.039,39</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28.907.685,06</b>
		<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>R\$ 25.713.354,33</b>

**SALDO PATRIMONIAL: R\$ 25.713.354,33**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

## 2.3 DÍVIDA PÚBLICA

### a) DÍVIDA FUNDADA (longo prazo)

- Parcelamento junto ao FUNPREV/2009	R\$ 967.187,19
- Parcelamento junto ao FUNPREV/2012	R\$ 327.751,77
- Parcelamento junto ao FUNPREV/2014	R\$ 728.532,21
- Operação de Crédito	R\$ 480.454,53
- Parcelamento junto ao FUNPREV/2015	R\$ 1.025.418,93
- Parcelamento junto ao FUNPREV/2016	R\$ 229.390,92

### b) DÍVIDA FLUTUANTE (curto prazo)

A Dívida Flutuante do Município, no montante de R\$ 10.815.067,17 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 7.216.782,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$ 3.128.023,97
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	R\$ 182.327,66
DEPÓSITOS	R\$ 287.933,07
<b>TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>R\$ 10.815.067,17</b>

## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

As alterações experimentadas pelo patrimônio do Município estão demonstradas na Demonstração das Variações Patrimoniais e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

( + ) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 40.786.118,54
( - ) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 33.608.485,01
<b>( = ) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>R\$ 7.177.633,53</b>

## 3. METAS FISCAIS

### 3.1 Resultado Primário

O **Resultado Primário**, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município para honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No exercício de 2016, o **RESULTADO PRIMÁRIO** foi de **R\$ 4.100.409,93** destacamos que a meta fixada na LDO/2016 era de **R\$ 748.216,00**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

### 3.2 Resultado Nominal

O **Resultado Nominal** apurado foi de **R\$ 169.272,95**, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação do saldo do endividamento líquido do período. Por esta metodologia, leva-se em consideração a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência.

O Resultado Nominal fixado no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de 2016 foi de **R\$ 1.069.283,00**.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do exercício foram mantidas todas as secretarias em funcionando normalmente. O Controle Interno teve autonomia para desenvolver suas atividades. Destaca-se tratar de um exercício financeiro com diversas dificuldades financeira, especialmente no que diz respeito aos repasses do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na área de Saúde e Educação. Importante também informar aqui os valores das perdas ocasionadas pela redução de transferências constitucionais, especificamente no caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), causadas principalmente pela desaceleração da atividade econômica do País em 2016.

Ressaltamos também em 2016 como sendo de um exercício financeiro com diversas dificuldades financeiras, especialmente no que diz respeito aos repasses do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na área de Saúde e Educação. Importante também informar aqui os valores das perdas ocasionadas pela redução de transferências constitucionais, especificamente no caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), causadas principalmente pela desaceleração da atividade econômica do País iniciada em 2015 e com fortes reflexos em 2016. Pode-se citar, por exemplo, a situação do FPM que apresentou queda de -6,2% o que significa dizer que deixaram de ingressar aos cofres Municipais a importância de R\$ 495.733,00.

É de suma importância destacar que o Município de Jaguari nos últimos dois anos enfrentou diversas situações de adversidades climáticas, em 2015 foram 3 situações declaradas, sendo a Declaração de Situação de Emergência por motivo de estiagem, a Declaração de Situação de Emergência por motivo de enxurradas e ainda uma nova inundação, seguido de um forte vendaval. Além do que em 2015 sofremos mais dois grandes baques que foi a possibilidade de fechamento de nosso Hospital o que também gerou a Declaração de Situação de Emergência no setor hospitalar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE JAGUARI  
Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Finanças

Ainda em 2015 a Declaração de Situação de Emergência diante do desabamento de um vão da ponte rodoviária Júlio de Castilhos, ocorrido em maio/2015, interrompendo o principal acesso à zona central da cidade e de ligação com a região centro oeste do Estado (Decreto Executivo nº 043/2015); todos estes fatos supracitados tiveram reflexos diretos no exercício financeiro de 2016, onde não foi possível a recuperação financeira do Município e ainda neste ano de 2016 foi declarada a situação de Emergência afetada por nova enxurrada no mês de outubro o que causou graves prejuízos ao Município que infelizmente teve que usar de todas as suas possibilidades para recompor ao menos o setor viário municipal muito atingido sem ao menos ter possibilidade financeira para isso.

Outro ponto fundamental que demonstra a preocupação da atual administração em cumprir com a legislação vigente e deve ser destacado dizem respeito aos dados referentes à educação e saúde que estão ressaltados e analisados neste relatório, com dispêndios de **27,68% na educação e 24,23% na saúde**, em relação à Receita Constitucional, cumprindo fielmente os preceitos constitucionais mínimos.

Quanto as despesas com **pessoal** (do Executivo), destacamos novamente, que o percentual legal em 2016, atingiu **45,25%**, **abaixo** do limite legal e também abaixo do limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, a luz de toda a realidade aqui apresentada e vivenciada pelo Município diante do conjunto de situações adversas entre elas a redução drástica de receita, as situações de emergências decretadas por intempéries e o esforço realizado para a manutenção das atividades do Hospital de Caridade de Jaguari, é que justificamos a insuficiência financeira apresentada neste relatório e solicitamos uma análise que considere os aspectos aqui relatados em função das dificuldades enfrentadas.

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da gestão financeira e econômica do exercício de 2016, colocando-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, destacando que toda a documentação legal, encontra-se a disposição na Contadoria Geral do Município.

Jaguari (RS), 29 de janeiro de 2017.

**SEDINEI RODRIGUES DOS SANTOS**  
**PREFEITO DE JAGUARI / RS – GESTÃO 2016**